



Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

CONJUNTURA PORTUGUESA E AÇÃO ECONÔMICA NO RIO GRANDE DO SUL^[1]

Publicado no site em 30/06/2009

Arno Wehling

A ação do governo português no Rio Grande de São Pedro, na época da invasão espanhola, obedeceu aos condicionamentos gerais da conjuntura política e econômica metropolitana, atuantes em todo o Brasil; ademais, amoldou-se à realidade específica do Rio Grande de São Pedro, atendendo às peculiaridades que marcaram o último terço do século XVIII na região: a atividade pecuarista e agrícola, o estado de guerra com os espanhóis de Buenos Aires e, sobretudo, a fronteira móvel que o processo de ocupação recente imprimia à área.

É neste contexto que podemos situar os vários ritmos da política oficial de fomento à produção do linho no Rio Grande de São Pedro.

1. Os condicionamentos

1.1. Crise e recuperação econômica portuguesa

A crise econômica portuguesa se estendeu de 1766 a 1779, tendo como ponto culminante os anos de 1768 a 1771. Caracterizou-se basicamente pela queda dos lucros comerciais, diminuição do ritmo dos negócios, diminuição da produção e queda de preços.

Seria errôneo, porém, reduzir a crise econômica aos aspectos conjunturais. Problemas estruturais, ligados à "economia Antigo Regime", agravaram as dificuldades conjunturais.

A historiografia do assunto, como se sabe, não é vasta. Em João Lúcio de Azevedo, a explicação para as dificuldades econômicas portuguesas no século XVIII está em três fatores: a administração ineficiente, o império colonial desproporcionado, provocando sérios problemas de povoamento e defesa e a psicologia do povo português, mais interessado na aventura do que no trabalho rotineiro. Discordando de que o Tratado de Methuen tivesse papel importante nesta situação, lembra que o acordo não prejudicou as indústrias, porque "nunca existiram" em quantidade significativa^[3].

A primeira das razões será na medida em que uma situação de alta de preços, ou simplesmente de bem-estar econômico, como ocorreu na época do apogeu da mineração, significar afrouxamento na política fomentista estatal. A segunda é parcialmente válida, pois o império colonial exigia vultosos investimentos, mas não é necessariamente a extensão que resulta na dificuldade de colonização, antes a falta de uma estrutura comercial e administrativa organizada^[4].

A terceira razão não seria aceita por um contemporâneo ilustrado como Vandelli, que, em memória sobre a agricultura portuguesa, demonstra o atraso da economia portuguesa como conseqüência da mentalidade rotineira e desambiciosa do lavrador^[5].

Armando Castro tocou nos problemas estruturais, particularmente nas dificuldades para a modernização da agricultura portuguesa^[6]. Mais recentemente, sob a influência da historiografia econômica francesa, Godinho, Silbert e J. G. Gentil da Silva referiram-se às

dificuldades estruturais da economia portuguesa, como fator gerador das crises econômicas e da estagnação portuguesa no século XVIII.

Dentre estes fatores, os mais importantes eram o sistema de propriedade e o baixo rendimento das terras; o excesso de tributos sobre o lavrador; o desconhecimento das técnicas agrícolas aprimoradas; a pouca divulgação das inovações na agricultura e indústria; a ausência de mão-de-obra especializada na indústria; a falta de capitais e de espírito empresarial; e a inexistência de uma rede comercial eficiente, e de um sistema creditício^[7].

Somadas as dificuldades estruturais às conjunturais, entende-se a razão dos constantes déficits na balança comercial e a queda nos rendimentos do Estado, passada a época do ouro brasileiro. As três principais rubricas de importação, indispensáveis à economia portuguesa, eram as responsáveis pelos déficits: cereais, matérias-primas e manufaturas. Dentro de tal quadro estrutural, porém, solucionar cada um destes problemas suporia condições que nem Pombal nem seus sucessores tiveram, acrescidas da dificuldade maior de Portugal, neste início de Revolução Industrial - a ausência de carvão e ferro.

A questão dos meios de pagamento, durante a crise e recuperação portuguesa, foi estudada por Godinho. Invertendo a relação tradicional *inflação - alta de preços - deflação - baixa de preços*, descreveu o mecanismo da crise. O circuito *alta de preços - inflação - baixa de preços - deflação* se iniciaria por uma pressão da demanda, valorizando os preços dos produtos; esta valorização determinaria a expansão máxima dos meios de pagamento (que se situa entre 1782 e 1793), até que o Estado fosse obrigado a intensificar o ritmo das emissões, provocando um movimento inflacionário; a baixa de preços ocorreria em seguida, quando a demanda de moeda fosse atendida, fechando-se o ciclo com um movimento deflacionário, pela retirada de circulação, durante a baixa, do excesso^[8].

Este circuito, seguindo a interpretação de Godinho, dominou a conjuntura portuguesa no final do século XVIII. A demora entre o aumento de preços e as emissões (a tendência de alta estendeu-se de 1782 a 1810 e as novas emissões ocorreram a partir de 1793) foi explicada por três razões principais: a conjuntura comercial favorável e a entrada de metais como saldo da balança comercial; a elasticidade da moeda em circulação; e a diminuição do ouro em circulação no país, com a crise brasileira^[9]. Neste momento, aliás, a prata já assumira papel mais importante do que o ouro no mercado mundial e Portugal aproveitava seus excedentes comerciais para importá-la, sobretudo da França e da Espanha^[10].

Os percentuais em ouro e prata das emissões portuguesas deixam clara a situação.

	OURO	PRATA
1752-1772	95,56%	3,63%
1773-1792	79,51%	19,76%
1793-1807	44,55%	54,76% ^[11]

A predominância do ouro nas emissões explica o comércio de peças portuguesas (cujo valor intrínseco era às vezes maior do que o nominal, conforme a paridade entre o ouro e a prata) e a sua circulação em diversos países, sobretudo Inglaterra e dependências. Esta situação só se corrigiria, automaticamente, no final do século XVIII, embora Pombal já tivesse tentado medidas a este respeito, em 1759^[12].

As dificuldades monetárias também explicam, portanto, a política de substituição de importações, como forma de garantir uma corrente estável de metal precioso, após o esgotamento da mineração brasileira.

Referindo-se à conjuntura portuguesa após 1780, afirmava Balbi:

... a população, a agricultura, fazem diariamente progressos. .. aumentados pela criação de novas fábricas, e manufaturas, e pelas tentativas para o crescimento da população, a expansão da agricultura de Portugal e a exploração de suas minas e pelo cuidado do governo para aumentar as produções do Brasil; cuidado este favorecido pela vantagem inapreciável de

ter quase sempre paz profunda, enquanto todo o resto da Europa se convulsionava pelas duas guerras de independência da América Inglesa e pela Revolução Francesa ^[13].

A historiografia moderna inverteu os termos: a conjuntura favorável é que determinou o sucesso da política fomentista portuguesa, após a crise de 1768-1771. Realmente, a crise econômica suscitou medidas imediatas do governo português, em diversas frentes: o controle da exploração de diamantes, para conter o contrabando; a ampliação dos estímulos ao algodão, arroz e outros produtos já cultivados; o fomento às novas culturas, anteriormente tentadas e abandonadas, como o anil e o linho; a isenção de tributos sobre o trigo e legumes, em Portugal; a proibição de se estabelecerem novos vínculos pessoais entre o lavrador e o proprietário da terra; o controle governamental dos bens de mão morta; o fomento industrial, através a junta de comércio, ajudando a instalar 71 fábricas, a maioria de tecidos de seda e de algodão; e a divulgação de estudos sobre a economia do país, levada a efeito pela Academia de Ciências de Lisboa.

Esta política, entretanto, somente encontrou ressonância porque a conjuntura era favorável. O movimento de Kondratieff II principiou por uma vigorosa alta de preços, em meados da década de 1780, o que coincidiu com o apogeu dos esforços fomentistas portugueses e a hábil política de neutralidade seguida pelo país nos conflitos internacionais - a guerra americana e a Revolução Francesa ^[14].

Os principais fatores conjunturais que beneficiaram a recuperação comercial portuguesa foram, em síntese, a guerra de independência norte-americana e o recuo mercantil inglês, as guerras da Revolução Francesa, o comércio favorável com o Mediterrâneo, a exportação brasileira de algodão, a melhora dos preços do açúcar, o surto industrial português, a manutenção do comércio de vinhos e a balança comercial favorável com a Inglaterra.

No caso da guerra de independência dos Estados Unidos e o recuo mercantil inglês, pode-se discutir a opinião de Godinho, de que Lisboa tornou-se a principal distribuidora, para a Europa, dos produtos da Índia e da China ^[15]. Fora de dúvida, porém, é o fato de o comércio oriental português ter crescido, aproveitando-se deste recuo britânico, inclusive com a rápida conversão dos navios da extinta Companhia do Grão-Pará e Maranhão para a rota da Índia ^[16].

As guerras da década de 1790, por seu turno, provocaram o recuo mercantil de franceses e holandeses. Foi retomada a rota portuguesa do Cabo, e o número de navios passou de 2 a 3, anualmente, para 15 ou 20 ^[17].

A balança favorável com as cidades do Mediterrâneo (Marselha, Gênova e Veneza) e do Levante, é outro aspecto a considerar ^[18]. O comércio mediterrâneo português ligava-se muito à conjuntura brasileira: reexportação de café, cacau e drogas. O saldo era favorável a Portugal, sobretudo depois que diminuíram as compras de arroz da região, substituído pelo produzido no Brasil. Esta substituição foi reforçada pelo alvará de 24 de julho de 1771, proibindo a importação de arroz, de modo a favorecer o produto maranhense e pelas tentativas do marquês do Lavradio, no sul, continuadas pelo seu sucessor. Igual política foi seguida com relação às importações de drogas e tinturas da França, com relativo sucesso, como lamentava um observador estrangeiro:

nosso comércio de drogas era anteriormente vantajoso, mas chegou-se a imitá-las perfeitamente em Portugal e este artigo tornou-se quase nulo para nós devido aos direitos ^[19].

Quanto ao algodão brasileiro, encontra a sua primeira grande oportunidade no mercado internacional na década de 1790. A princípio consumido especialmente ao norte da França, o algodão brasileiro passou a ser comprado em maior quantidade pela Inglaterra, após 1791, para compensar a perda da produção das colônias francesas. De acordo com Arthur Young, os fornecimentos de Portugal para a indústria inglesa eram de cerca de 12%.

ALGODÃO PARA AS INDÚSTRIAS INGLESAS	arrobas
Ilhas britânicas	206.250

Ilhas francesas e colônias espanholas	187.500
Colônias portuguesas	78.125
Colônias holandesas	53.125
Índia oriental	3.125
Turquia	178.125
TOTAL	706.250^[20]

A melhora dos preços do açúcar foi fator importante para a recuperação portuguesa, Após 1791, com a crise da produção antilhana, a cotação em Lisboa passou de 2,34 gramas/ouro por arroba, em 1788, a 5, em 1796, descendo a 3,25 em 1806. Em Londres, passou de 3,91 gramas/ouro em 1788 para 7,17 em 1796, observando para o decênio 1791-1800 a média de 8,43. Já em 1806, com o restabelecimento da produção, descia para 4,26, com a média decenal de 4,49^[21].

O surto industrial contribuiu, por sua vez, para a diminuição das importações. A política fomentista posta em prática por Pombal, e que sofreu pequenas alterações com sua saída do governo, foi mantida nas suas linhas essenciais, objetivando diminuir as importações. A Manufatura Real das Sedas, os lanifícios de Covilhã e a fábrica de chitas de Nogueira do Azeitão, apesar das dificuldades conhecidas, forneceram produtos manufaturados ao mercado local e colonial. As exportações para as colônias atingiram níveis altos.

Manufaturados Portugueses Exportados para as Possessões (cruzados)	
1796 - 6.106.502	1803 - 8.673.508
1797 - 7.160.750	1804 - 8.449.250
1798 - 10.329.000	1805 - 6.311.750
1799 - 14.080.750	1806 - 4.799.250
1800 - 9.606.250	1807 - 2.936.500
1801 - 10.030.750	1808 - 568.000
1802 - 8.676.508	1809 - 1.129.000 ^[22]

A exportação de vinhos manteve-se estável, contribuindo para o saldo da balança comercial, o que se tornou em mais um fator favorável à recuperação. O tratado de 1786, entre a França e a Inglaterra, não chegou a prejudicar a exportação de vinhos portugueses, por dois motivos, segundo João Lucio de Azevedo: a tradição de que desfrutavam os vinhos portugueses na Inglaterra, e a manutenção de alguns privilégios aos portugueses nas alfândegas inglesas. Fortes interesses comerciais ingleses, igualmente já instalados em Portugal, seriam prejudicados com a preferência aos vinhos franceses; assim, a exportação, que em 1785 fora de 22.626 pipas, aumentou em 1790 para 24.000. Logo depois as guerras da Revolução garantiram de fato a continuação da tradicional ascendência portuguesa^[23].

A balança comercial favorável constitui-se, finalmente, no fecho da política fomentista, e foi o grande resultado desta fase de recuperação. Depois de muito tempo Portugal conseguia, com a exportação de vinhos e a reexportação de produtos brasileiros, sobretudo o açúcar e o algodão, constantes superávits nas suas contas com a Inglaterra. Igualmente com os demais países, como já foi mencionado. Em 14 anos, entre 1796 e 1809, apenas dois foram negativos para Portugal, 1797 e 1799^[24].

A crise econômica deixara claro as dificuldades da economia portuguesa. As medidas adotadas, de fomento e modernização da vida econômica do país, beneficiaram-se da conjuntura favorável, permitindo a recuperação, que se estendeu até a transferência da Corte.

1.2 Os objetivos fundamentais da ação econômica do Estado português: substituição de importações e reexportações.

A recuperação portuguesa após 1780, como se demonstrou, foi fato ligado, em grande parte, aos elementos favoráveis da conjuntura internacional; a sua predominância, porém, não elimina a importância da política fomentista; ao contrário, auxilia à delimitação de duas fases distintas do fomento, a pombalina, na qual foi seguida uma linha mercantilista rígida e a posterior, em que o protecionismo se abrandava, cedendo a doutrina à realidade. Em ambos, o elemento comum foi a utilização das potencialidades de Portugal e das suas colônias, ao impacto da conjuntura. Na segunda, eliminados os fatores negativos de rigorismo pombalino, os resultados foram considerados maiores, como o progresso industrial e a reexportação dos gêneros coloniais [25].

Substituição de importações, superação da crise brasileira, aumento das exportações e reforço do sistema colonial, esta a área de atuação do fomento português à qual também se subordinou o estímulo às novas culturas, e, dentre elas, a produção de linho do Rio Grande de São Pedro.

A prática fomentista pode ser considerada em seus três aspectos básicos: técnicos (difusão de informações de caráter especializado e importação de técnicas, para formar especialistas locais); econômicos (medidas visando favorecer o fabrico ou extração de matérias-primas industriais); de política econômica (medidas protecionistas a fim de garantir o mercado nacional para os produtores).

No primeiro aspecto, foi fundamental o papel da Academia de Ciências, com seu caráter prático e a preocupação em difundir ensinamentos econômicos. Pelo artigo X de seus Estatutos, criava-se uma Junta para a indústria, com oito membros, encarregada de orientar a Academia neste setor [26]. Quase todos os estudos publicados nas Memórias sobre o assunto revelam profunda insatisfação com a situação portuguesa, pelo atraso existente e pelas dificuldades para a divulgação e aplicação de técnicas modernas.

A Sociedade Econômica de Ponte de Lima possuía uma seção dedicada às indústrias, e se propunha ir além da Academia:

A mesma Sociedade estabelecerá igualmente as Escolas de tecer e de branquear, pois que sendo esta Província muito aplicada a este gênero de Manufaturas, não deixará de fazer grandes progressos este ramo de Indústria, e diminuindo assaz a exportação dos dinheiros nacionais para os países estrangeiros, principalmente tendo nós muito bons terrenos para a produção das primeiras matérias. [27]

A entrada de técnicos estrangeiros era estimulada; quando o Príncipe Regente quis recuperar a indústria de seda, em 1802, foram chamados técnicos piemonteses. A formação dos aprendizes era outra preocupação, embora o problema dos salários fosse sério, a ponto de se propor o estabelecimento das indústrias distante da capital [28]. Esta sugestão, porém, era inviável para as manufaturas num nível técnico mais elevado, necessariamente mais caras e precisando estar próximas dos mercados e fontes de escoamento. Não seria com as precárias condições das estradas portuguesas que se conseguiria levar a cabo uma descentralização.

As medidas com vistas a favorecer a exploração de matérias-primas foram as mais extensas possíveis, mesmo porque interessavam também às exportações. Naturalmente, o Brasil participa com prioridade do interesse governamental, como fornecedor potencial de grande variedade de produtos.

Frei José da Expectação escreveu memória com este fim, sobre o cultivo e fabrico do linho [29]. Também Manuel Gomes de Lima Bezerra, no relatório da Sociedade Econômica, em 1780, fez referência à cultura das amoreiras e do linho [30]. Nas memórias da Academia, o padre João de Loureiro, descrevendo a cultura do algodoeiro, defendeu o prosseguimento das medidas fomentistas, sugerindo ampliá-las no Pará e Maranhão, e estendê-las a Angola, para evitar a importação indiana [31].

As medidas de revalorização econômica do Brasil, tomadas, sobretudo, desde o governo do marquês do Lavradio e as tentativas do reforço do sistema em conjunto, excluídas aquelas de caráter político, enquadram-se numa das duas rubricas: substituição de importações, pela produção dos artigos necessários ou sucedâneos, o estímulo aos produtos com boa cotação nos

mercados internacionais. Em ambos os casos, havia necessidade de atender certos requisitos: conseguir maior apoio dos comerciantes; eliminar barreiras, demoras de transporte e outros entraves; financiar as produções; evitar a especulação dos comerciantes, aproveitando-se das dificuldades da Fazenda Real; liberar o mais possível a agricultura, aumentando-lhe a produtividade. Que a política a curto prazo foi bem sucedida, não há dúvida. Em 1786 informa-se que o comércio de drogas da França para Portugal estava seriamente prejudicado, pela produção local e direitos aduaneiros ^[32].

1. 3 A ação política do Estado português

No plano político, o estado português é condicionado na segunda metade no século XVIII por duas ordens de fatores: a centralização decisória e a manutenção do Império.

A centralização político-administrativa foi obra prioritária da dinastia bragantina e é uma constante, com altos e baixos conforme as circunstâncias, de D. João IV a D. Maria I. Sem dúvida atingiu seu ponto mais alto com o marquês de Pombal, quando da incorporação, pela Coroa, das últimas capitânicas particulares do Brasil. Também o combate sistemático às várias formas de lideranças regionais ou institucionais, característica da dinastia iniciada em 1640, exacerbou-se na segunda metade do século: bom exemplo do primeiro aspecto é a oposição às excessivas concentrações de propriedades, proibição tradicional em Portugal desde a lei de sesmarias, mas, de fato, letra morta, na maior parte da História portuguesa.

No Brasil, um daqueles que sofreu a ação desta política, que continuou após a Viradeira, foi justamente Rafael Pinto Bandeira, a quem se acusava de apropriação indébita de terras no Rio Grande de São Pedro ^[33].

Quanto ao segundo aspecto, a eliminação ou neutralização de lideranças institucionais, basta lembrar o processo dos Távoras e a expulsão da Companhia de Jesus do país.

A manutenção do Império, por outro lado, foi outra preocupação portuguesa, e implicava na ativa participação de Portugal na política européia. Com efeito, era o Império que determinava a inserção do país no cenário das relações internacionais. Os encraves indianos, as colônias africanas fornecedoras de mão-de-obra para a América e, sobretudo o Brasil, condicionavam decisivamente a participação portuguesa na situação internacional, balizada sucessivamente pelas guerras dos Sete Anos, da Independência Americana e da Revolução Francesa.

Ora, definida a limitada atuação portuguesa na Índia, onde não competia de forma alguma decisiva com a Inglaterra e a França; desinteressadas as potências européias de uma participação maior na Ásia Oriental e na África portuguesa; restava o Brasil como ponto de atrito de Portugal com as demais nações européias.

No caso brasileiro, os conflitos potenciais existiam com a França (Guiana), com a Inglaterra (o comércio) e especialmente com a Espanha (Sacramento, Rio Grande de São Pedro, Mato Grosso). Aqui se define em toda a sua plenitude a política neutralista, defensiva e consolidadora de Portugal, pombalino e pós-pombalino.

A fronteira do Amapá estava resolvida desde 1713 (Utrecht) e a retração progressiva da França no cenário internacional impediu ação mais decisiva no sentido de redefinir os limites com o Brasil.

As rugas com a Inglaterra, que se acentuaram à época de Pombal, não impediram que, obrigado a optar, Portugal escolhesse a aliança inglesa, o que atendia simultaneamente aos interesses dos exportadores portugueses e à defesa do Brasil contra possíveis incursões francesas e espanholas. A despeito da "frialdade e inação" dos ingleses "sempre tardios aliados", como reclamava Pombal a Lavradio ^[34], Portugal escudou-se sempre no apoio inglês contra a Espanha.

Os limites com os territórios espanhóis na América, em aberto entre 1761 e 1777, foram o principal problema diplomático português na época.

A guerra dos Sete Anos permitiria a Cevallos tomar Sacramento (1762), os fortes de Santa Tereza e São Miguel e a povoação do Rio Grande (1763). Devolvida Sacramento em 1763, obedecidas às determinações do Tratado de Paris, a Espanha recusou-se a fazer o mesmo com a

região ocupada do Rio Grande. As gestões na Europa e as escaramuças na região prolongaram-se até 1776, quando caíram em poder dos portugueses o forte de Santa Tecla e o Rio Grande de São Pedro. A guerra que se seguiu, inclusive com a tomada da ilha de Santa Catarina pelos espanhóis obrigou a uma decisão definitiva, tomada afinal no Tratado de Santo Ildefonso.

A despeito de não ter podido tomar posição mais firme na crise de 1776/1777 - por falta de recursos humanos e materiais, pela queda de Pombal, pela omissão da Inglaterra, às voltas com a guerra norte-americana - Portugal conseguiu defender e consolidar seus domínios americanos, perdendo Sacramento e as Missões, mas assegurando em Santo Ildefonso quase toda a fronteira estabelecida em Madri, inclusive o Continente do Rio Grande de São Pedro.

2. As Realizações

As tentativas para o cultivo do linho no Rio Grande de São Pedro, sobretudo após a instalação da feitoria oficial, originam-se, portanto, de duplo condicionamento: o político, visando consolidar a presença portuguesa na região, acrescentando à pecuária e à agricultura nova atividade econômica fixadora; e o econômico, a necessidade em que estava Portugal de produzir um artigo que pesava negativamente na sua balança comercial.

2.1. A realidade do Rio Grande de São Pedro

A ação do governo português no Rio Grande de São Pedro nas décadas de 70 e 80 do século XVIII balizou-se, como se disse, pelos condicionamentos mencionados.

No plano político, buscou-se conseguir o reconhecimento diplomático à expansão portuguesa no Continente, ao mesmo tempo em que se tomavam medidas militares para definir a região como portuguesa. Neste aspecto é importante assinalar a conjunção de posições com a finalidade de estabelecer o domínio de Portugal: os interesses locais, representados por Rafael Pinto Bandeira, conquistador do forte de Santa Tecla; e o incentivo metropolitano, representado por João Henrique Boehm, conquistador do Rio Grande. Recorde-se, aliás, que o apoio metropolitano jamais faltou, pois o Continente representava o ponto meridional a ser defendido de qualquer modo pela Coroa: seja por atuação direta da metrópole, ou pelo apoio dos Vice-Reis como Cunha, Azambuja ou Lavradio, ou até pela atuação do governador de São Paulo (1767), o fato é que Portugal sempre procurou tornar realidade a linha demarcatória prevista em 1750.

As medidas políticas, porém, não existiam destacadas do seu contexto social: se sancionavam uma ocupação de fato nas áreas de ocupação e de agricultura, por outro lado foram acrescentadas de medidas econômicas, cujo objetivo era tríplice: reforçar a fixação portuguesa na região, aumentar as rendas locais para que compensassem, pelo menos em parte, as despesas com a guerra e a máquina administrativa e atender às necessidades metropolitanas de matérias-primas.

No Rio Grande de São Pedro, conforme se lê no "Compêndio noticioso" de Francisco João Roscio, continuavam os fornecimentos de gado bovino para outras capitanias, complementando-se sua economia com a produção do trigo, além das frustradas tentativas com o linho. Por volta de 1780 começou a produção de charque, que logo iria se constituir em importante fonte de renda para a capitania ^[35].

O maior problema destes anos de consolidação portuguesa no Rio Grande era o da constituição de latifúndios, problema sucessivamente enfrentado, sem êxito, por Lavradio, Vasconcelos, Resende e Fernando José de Portugal e Castro ^[36].

Tão importante foi a questão, que trinta anos depois destas informações o panorama não se alterara, havendo falta de terras para os colonos, como demonstrou Manuel Antonio de Magalhães no "Almanaque de Porto Alegre" ^[37]. Outra questão tipicamente local foi a entrada de gado e charque no Uruguai. Esta, porém, não chegava a alarmar de todo as autoridades portuguesas, possuindo até aspectos positivos:

"... porque como têm maior peso, servem para lotarem os nossos, e lhes dar maior saída nos mercados gerais da Europa" ^[38].

Fracassado o linho, limitada à subsistência a agricultura, diminuído o fornecimento de gado de corte com o declínio da mineração, o charque representava uma alternativa à economia gaúcha, juntamente com os couros.

2.2. O mercado mundial do linho

A Enciclopédia francesa classificava em duas grandes espécies o linho existente: o de "feuilles alternés" e o de "feuilles opposées". A primeira, mais cultivada, compreendia 26 tipos diferentes, de acordo com a procedência ^[39].

Sul da Europa	9
Alemanha	3
Barbaria e América setentrional	2
Rússia, Sibéria, Chile, Brasil, Espanha, Inglaterra, Marrocos, Alpes e Nova Zelândia	1
Sem especificação de origem, mas classificado	1

O segundo tipo, de qualidade inferior, compreendia 9:

Cabo da Boa Esperança	3
África, Portugal, Itália e sul da Europa	1
Sem especificação de origem, mas classificado	2 ^[40]

Economicamente, entretanto, deve-se destacar o linho de Riga, reputado como de qualidade superior e que dominava o mercado. Fazia-lhe concorrência o de Flandres ^[41]. Seguiam-se em qualidade a produção da Irlanda, Alemanha, Suécia, Holanda, América setentrional e França (Normandia e Bretanha).

O predomínio do linho de Riga no mercado europeu e o crescimento da demanda do produto, causada pela Revolução Industrial, provocaram diversas tentativas de ampliar seu cultivo para outras regiões. Assim aconteceu na Flandres, durante a segunda metade do século XVIII ^[42]. A indústria de linho francesa sofreu idêntico impulso na época, conforme demonstrou G. Willemsen, para as regiões mencionadas ^[43].

Não se pode dizer o mesmo do linho irlandês, também de boa qualidade. A política inglesa de restrição às fábricas e às exportações desestimulava a produção. Somente a partir de 1737 foram feitas algumas concessões tarifárias, permitindo-se a instalação de fábricas locais, o que de fato ocorreu. Em 1746 produzia-se linho em Waterford e Carrick on Sur ^[44].

Na América foram feitas diversas tentativas, pela Espanha, Inglaterra e Portugal, com o objetivo de diminuir as importações do linho de Riga. Tentou-se promover a cultura no Chile, no Equador e em Nova Granada ^[45]. No Canadá as tentativas foram feitas na região do lago Ontario, por legalistas americanos refugiados da Revolução de 1776. ^[46]

No caso de Portugal, além do Brasil, fizeram-se tentativas no território metropolitano ^[47].

Os preços do linho apresentam, na segunda metade do século XVIII, certa uniformidade. O crescimento desta manufatura, comentado por Adam Smith como mais importante do que a do algodão, à época (1776), foi acentuado, exigindo maiores fornecimentos. Por outro lado, o papel de grandes fornecedores continuou pertencendo, até o início do século XIX, aos países bálticos, apesar da produção belga, francesa e irlandesa também estar em expansão ^[48]. Com

isto, os preços do linho em Portugal, importador tradicional, sofreram uma acentuada e sempre ascendente majoração, entre 1765 e 1808. Godinho divide esta tendência em duas fases, de alta moderada entre 1765 e 1781 e de alta acentuada entre 1762 e 1808^[49].

COINCIDE, PORTANTO, A ALTA DE PREÇOS COM O APOGEU DAS MEDIDAS FOMENTISTAS SOBRE O LINHO, NA ÉPOCA DE VASCONCELOS E RESENDE, COM A INSTALAÇÃO DA FEITORIA REAL DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO E OS ESTÍMULOS A PRODUÇÃO PARTICULAR^[50].

2.3 As tentativas do cultivo livre (1747-1772)

Em 1747 o governador Gomes Freire de Andrada recebeu sementes de linho, para plantar na ilha de Santa Catarina^[51]. Fora um dos meios encontrados para fixar na região a população açoriana recém-chegada.

Foi encarregado de dar origem ao cultivo do linho Antonio Gonçalves Pereira de Faria, que se instalou na ilha. Diversos fatores, contudo, colaboraram para o fracasso da iniciativa. O Vice-Rei Luis de Vasconcelos e Sousa, no seu relatório, historiou o fracasso desta primeira iniciativa: impropriedade do terreno para a cultura, desinteresse dos colonos e más condições das sementes^[52]. Outros fatores ainda contribuíram para isto, levando à decadência da região: as dificuldades de adaptação dos colonos açorianos, as dívidas do Estado aos lavradores, o baixo preço pago pelos seus produtos, a cobrança de impostos e o recrutamento militar (de que apenas teoricamente estavam isentos os açorianos). A defesa dos agricultores, feita pelo governador tenente-coronel João Alberto de Miranda Ribeiro, foi objeto de forte repressão pelo Vice-Rei Conde de Resende^[53].

O fracasso não fez Antonio Gonçalves desistir da tentativa de produzir o cânhamo. Depois de alguns anos dirigiu-se ao Chile, de onde conseguiu trazer 32 alqueires de sementes de boa qualidade, em 1764^[54]. Submetendo a sugestão de repetir a iniciativa ao novo Vice-Rei, Antonio Alvares da Cunha, conde da Cunha, teve sua aprovação. Desta vez o local escolhido foi o Rio Grande de São Pedro: foram enviadas ordens ao governador José Custódio de Sá e Faria, para apoiar o empreendimento^[55].

Em 1766 Antonio Gonçalves conseguiu produzir linho no Rio Grande. Segundo José Henriques Ferreira, a produção foi de 27 arrobas de linho e muitas sementes^[56]. De acordo com Monsenhor Pizarro, a produção foi de 80 arratéis de estopa, 60 alqueires de colinhaça e 38 arrobas de cânhamo, além das sementes^[57]. O padre Antonio Gonçalves da Cruz concorda com os 32 alqueires de linhaça de Monsenhor Pizarro, mas dá como resultado 30 arrobas de linho e 90 de estopa^[58]. A produção havia sido orientada por um técnico escocês^[59].

O sucesso animou Antonio Gonçalves, que se dirigiu para Lisboa, visando assinar um contrato para a exploração do linho e propondo-se como inspetor. Quanto às sementes, deixou-as com o governador José Custódio de Sá e Faria para nova semeadura^[60].

Em Lisboa os fatos não sucederam conforme o esperado. Assinou o contrato que pretendia, conseguindo um monopólio de 12 anos para a produção de linho e a isenção de todas as taxas reais. Ao final deste prazo, a fábrica, 12 escravos e a safra seguinte reverteriam para a Coroa^[61]. O marquês do Lavradio, em 1769, chegou a ser avisado deste contrato.

Não foi, no entanto, instalada nenhuma fábrica, nem Antonio Gonçalves retomou ao Brasil. Aparentemente, desistiu do empreendimento, como concluiu Alden^[62]. Pizarro, que narrou minuciosamente a tentativa do Rio Grande, silenciou neste ponto. A documentação oficial também não refere a razão da desistência. É José Henriques Ferreira, na sua "Memória", quem informa que não se tratou de mera desistência:

".. infelizmente saiu de seu propósito, havendo logo pessoas a quem não convinha, que o desviaram, perseguiram e fizeram prender, vendo-se por fim obrigado a retirar para o Rio de Janeiro, e de lá para o Rio Grande..."^[63].

Quais as razões para isso? Por que a apatia do governo português no caso? Continuava, e onerosa, a importação do linho de Riga e de outras regiões^[64]. Em 1771 foi fechada, por deficitária, a feitoria de linho de Coimbra, que funcionava desde 1625^[65].

Pede-se lembrar que, pela mesma época, a Inglaterra fomentava a produção de linho na Virginia, enquanto colocava entraves à produção irlandesa. Haveria relação direta destes pontos?^[66] Ou tratava-se do interesse dos importadores portugueses?^[67]

No Rio Grande a situação também não corria bem, com a saída de Antonio Gonçalves. O governador José Custódio de Sá e Faria não deu o devido apoio à produção, alegando que era muito onerosa para a Fazenda Real. Ao retomar ao Rio Grande, Antonio Gonçalves

".. não achou nem linho, nem semente, pois em nada disto cuidou o sobredito governador"^[68].

2.4 A ação do marquês do Lavradio

O Marquês do Lavradio, conhecendo as dificuldades para o cultivo do linho, estava muito mais interessado em desenvolver a guaxima, produto da terra e de cujas qualidades estava firmemente convencido. A insistência da Corte para o cultivo do cânhamo, porém e as observações delicadas para que desse maior atenção a este produto, fizeram com que tomasse algumas iniciativas neste sentido^[69].

De acordo com as informações de José Henriques Ferreira, Antonio Gonçalves, vendo o fracasso de suas iniciativas no sul, resolveu voltar para o Rio de Janeiro, onde recebeu apoio do marquês para novas tentativas. Este as conseguiu de Buenos Aires, em 1772^[70]. Plantadas no Rio de Janeiro, não germinaram, por serem "velhas e defeituosas", na expressão de Pizarro^[71]. Também no Rio Grande, nesse ano, conseguiu-se novas sementes, em pequena quantidade^[72].

Nova possibilidade surgiu quando passou pelo Rio de Janeiro um navio francês. Através do padre Sebastião Rodrigues Aires, Lavradio conseguiu algumas sementes,

".. que com grande cuidado mandei semear"^[73].

Nasceram 14 pés, e apesar de algumas espigas terem sido destruídas pelos pássaros, foi possível conseguir novas sementes^[74]. Parte delas Lavradio enviou, por Antonio Gonçalves, para Santa Catarina, recomendando-o ao governador Pedro Antonio da Gama e Freitas (entre 1775 e 1776^[75]). Outra porção ficou com o capelão Manuel Correia Vasques, no Rio de Janeiro^[76]. No Rio Grande conseguiu-se, em 1775, novas sementes^[77]. Com o apoio do governador, foi possível plantar o linho em Santa Catarina, segundo Pizarro no rio Taborão (Tubarão?). Foi feita uma colheita de linho, e novamente plantadas sementes. Antes da segunda colheita, porém, deu-se a invasão espanhola da região, frustrando-se a tentativa^[78]. Ao escrever o relatório Lavradio tinha notícias de que teriam sido conservadas algumas sementes, ordenando que fosse feito seu plantio, mas sem resultados^[79].

Continuava, enquanto isso, a pequena produção do Rio de Janeiro. José Henriques Ferreira refere-se ao fato de que, quando retornou a Portugal, ainda se plantava linho na

cidade^[80]. O próprio Lavradio, ante o novo fracasso de Antonio Gonçalves, cedeu-lhe parte da antiga fazenda jesuíta do Engenho Novo, para tentar o seu cultivo, poucos meses antes de deixar o governo, em 14 de janeiro de 1779^[81]. A 25 do mesmo mês mandou também remessas de sementes para o mestre de campo José Caetano de Barcelos, em Campos dos Goitacazes, para que ele as distribuísse entre os lavradores da região^[82].

2.5 Vasconcelos e a Feitoria oficial do linho

A preocupação com o desenvolvimento do linho foi também uma constante com Luis de Vasconcelos e Sousa. Recebeu diversas remessas de sementes, de Buenos Aires e de Portugal, por volta de 1780, mas somente em 1782, ao chegarem 23 alqueires de sementes de linho do Báltico, foi que enviou o mesmo Antonio Gonçalves Pereira de Faria, então estabelecido no Rio de Janeiro, a fim de fundar um estabelecimento de maiores proporções, no Rio Grande^[83].

O melhor sítio considerado foi o de Canguçu, local ilegalmente ocupado, mas que foi comprado pelo Vice-Rei a fim de evitar maiores problemas. Foram então enviados 40 escravos da fazenda de Santa Cruz e 12 homens livres, para constituir a feitoria para o linho. Vasconcelos, justificando a necessidade de um estabelecimento oficial, argumentava que esta era a única maneira de interessar os lavradores locais a se dedicar ao produto.

Para auxiliar ao sustento da feitoria e alimentação de seu pessoal, foi autorizada a formação de uma estância, com duas léguas de frente e três de fundos, estabelecida a leste do rio dos Sinos. Os trabalhadores ficariam numa fazenda com três léguas de frente e uma de fundos, onde também deveria ser preparado o linho.

O objetivo declarado da feitoria era tomar-se "depósito de sementes" para os lavradores locais e um centro de experiências do produto^[84].

A primeira colheita foi boa, tendo sido o linho considerado igual ao de melhor qualidade do Báltico. A abundância de sementes permitiu que fossem enviadas para o Rio de Janeiro e Santa Catarina^[85].

As primeiras dificuldades surgiram de imediato. A provedoria do Rio Grande declarou-se sem recursos para sustentar a feitoria, cujas despesas a criação de gado não cobria. Como as dificuldades da Fazenda Real, no Rio de Janeiro, também fossem notórias, o Vice Rei resolveu entrar em acordo com o comerciante José Dias da Cruz. Caberia a este fazer os adiantamentos necessários, em dinheiro, para o sustento e ampliação da feitoria, recebendo em troca os couros ali produzidos. Os resultados, segundo Vasconcelos, foram positivos e tanto a produção de linho, como a criação, se expandiram^[86].

O interesse dos lavradores, porém, não se manifestava. A falta de pagamento da produção era a principal razão alegada pelos que se recusavam a plantar o linho^[87].

Narrando os primeiros anos da feitoria, o padre Antonio Gonçalves Cruz mostrou-se menos entusiasmado. Segundo ele, a morte do inspetor Francisco Rodrigues Xavier Pratas, no ano seguinte à instalação (1784), provocou desordens, inclusive com insubordinação de escravos. O sucessor, Francisco Xavier da Cunha, não conseguiu dominar a situação, acabando por demitir-se. Somente com a nomeação do inspetor Antonio José Machado de Morais Sarmiento a situação melhorou, restabelecendo-se a ordem^[88].

Em poucos anos a produção de linho cresceu e a feitoria de Canguçu já não comportava mais a área cultivada e o gado. Foi necessário transferi-la para o Faxinal de Coirita, tendo sido antes realizados estudos para examinar a adaptação do linho. Também em Coirita foi necessário desalojar os ocupantes ilegais das terras, dando-lhes outras, mais afastadas, devolutas^[89].

A feitoria, em Coirita, continuou dirigida pelo inspetor Sarmiento. Tinha grandes possibilidades para se expandir, segundo Vasconcelos, pois a terra era muito propícia ao cultivo

do linho e à criação. Necessitava, no entanto de mais recursos, inclusive para "montar engenho", que dispensasse o trabalho manual. Uma réplica deste foi construído por Jerônimo Vieira de Abreu com os recursos de que dispunha ^[90].

A opinião do padre Antonio Gonçalves Cruz sobre a localização da feitoria era completamente diversa da de Vasconcelos. Em sua opinião, fora um erro a transferência da feitoria.

"... para este desgraçado lugar, no qual ainda hoje existe" ^[91].

Argumentava com a má fecundidade das terras e a excessiva proximidade de Porto Alegre. A proximidade, dizia, perturbava a

ordem na feitoria: os escravos iam continuamente à capital, seja para fazer um pequeno comércio, seja requisitados pelo governo do Continente. Além disso, voltavam cheios de "máximas jesuítas" contra a forma de trabalho na feitoria ^[92].

As remessas para a Corte, a despeito disso, seguiram num crescendo. Foram enviadas partidas de linho em 2 de outubro de 1784 ^[93], 15 de fevereiro de 1785 (quando se comunicou a demissão de Antonio Gonçalves Pereira de Faria) ^[94], 2 de junho e 21 de setembro de 1786 ^[95], 29 de dezembro de 1787 ^[96] e 14 de maio de 1789 (quando o Vice-Rei comunicou a mudança da feitoria para Coirita) ^[97].

Em setembro de 1786 Vasconcelos informava a Lisboa que, além de 50 arrobas de cânhamo, enviava um caixão com gravatá, demonstrando assim a preocupação dos funcionários da feitoria com o cultivo de sucedâneos que viessem a ter valor comercial ^[98].

Em 1790 o Vice-Rei comunicava que as remessas da feitoria do Rio Grande para a Corte, da colheita anterior, eram de 477 arrobas e 16 libras de linho cânhamo ^[99].

O progresso do estabelecimento oficial, porém, contrastava com o pouco interesse dos particulares. Estes, em sua maioria, recusaram-se a plantar o linho, preferindo dedicar-se à criação e à charqueada, muito menos trabalhosas e mais seguras.

Eram argumentadas contra o linho diversas dificuldades: os cuidados necessários com as sementes; o desconhecimento das épocas propícias para o plantio e colheita; o desconhecimento absoluto dos métodos empregados para o fabrico do linho. Mais que tudo, porém, era a incerteza do pagamento que desestimulava os lavradores. A distância do Rio de Janeiro, centro comercial, e a ignorância das condições de mercado, faziam o empreendimento parecer uma aventura arriscada. E a desconfiança sobre o "pronto pagamento" prometido pelo governador e pelo Vice-Rei, completavam o quadro: nem recursos particulares, nem oficiais. Fora da feitoria, pouco se poderia esperar do linho no Rio Grande ^[100].

Alguns lavradores chegavam a ferver propositadamente as sementes que recebiam, para impedir a sua germinação ^[101]. Ao chegar mais uma ordem da Coroa para a distribuição de sementes, o governador Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara fez nova distribuição aos lavradores. A má vontade geral impediu qualquer resultado:

"... porque os Povos, inervando cada vez mais o seu ódio contra o cânhamo, se conspiram claramente seus inimigos" ^[102].

As esperanças com o linho no Rio Grande, no entanto, continuaram. Ainda em 1808 Manuel Antonio de Magalhães, expondo ao recém-chegado Príncipe Regente as condições econômicas da região, citava a produção de frutas, trigo, aguardente, açúcar, arroz, couros e carnes, lembrando que os linhos cânhamo e galego produziam muito bem, desde que fossem escolhidos os terrenos apropriados a seu cultivo ^[103].

O histórico da feitoria do linho, especialmente de 1790 a 1808, foi feito pelo padre Antonio Gonçalves Cruz, seu administrador, num detalhado ofício que enviou ao governador da capitania, Diogo de Sousa, em 1809^[104].

As dificuldades administrativas seguiam sendo problema sério para a feitoria, sobretudo com a insubordinação dos escravos. Também a má localização e as condições de terreno faziam com que a feitoria não se expandisse. A situação parece haver melhorado um pouco quando o inspetor Antonio José Machado (sucessor de Sarmento) foi autorizado a reintroduzir os castigos corporais aos escravos, até então proibidos^[105].

A relação com o Rio de Janeiro foi modificada. À época de Vasconcelos, a feitoria estava diretamente subordinada ao Vice-Rei. Embora continuasse, teoricamente, sua administração financeira ficou a cargo de José Dias da Cruz, a quem cabia receber os rendimentos e efetuar as remessas do dinheiro, que o Erário Régio enviava para as despesas. Os atrasos se sucederam e, ainda no governo de Resende, a Junta da Fazenda mandou subordinar a feitoria à Fazenda Real^[106].

As remessas de linho durante o governo do conde de Resende, dadas as dificuldades da feitoria, nunca foram grandes. Em 1795, por exemplo, o Vice-Rei informava que a cultura ainda se restringia à feitoria real, sem haver interesse por parte dos lavradores^[107]. No ano seguinte, enviava 24 pacotes de cânhamo, pesando 175 arrobas, quase toda a produção daquela colheita^[108].

Em setembro de 1798 Resende tomou novas providências para aumentar a produção, recomendando cuidados especiais com as sementes^[109]. Em novembro, por pressão de Lisboa, reiterou aquelas instruções aos governadores de Minas Gerais e São Paulo^[110]. Em 1799 enviou novas quantidades de linho e estopa para Lisboa.^[111] Neste mesmo ano comunicou à Corte que as medidas anteriores haviam dado resultado, com o aumento de produção de linho e sementes^[112]. A colheita de 1799-1800 apresentou bons resultados, e em ofício de 21 de abril de 1800, Resende informava a Lisboa que a produção de sementes fora abundante na feitoria, pelo que se dispunha a enviá-las novamente aos governadores das capitanias^[113].

A feitoria do Rio Grande cumpria parcialmente seu papel: fornecia sementes em quantidade para o restante do país. Quanto à produção, persistiam os problemas: escrevendo a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, o Vice-Rei afirmava que, sem atender às reclamações dos lavradores, a cultura não se expandiria. E as enumerava: auxílio financeiro para estabelecer a cultura; problemas com o alto preço dos fretes; gastos com as comissões dos comerciantes; e segurança para os riscos de fracasso das plantações^[114].

Em 1801 assumiu o governo do Brasil o novo Vice-Rei. No Rio Grande, em março, o padre Antonio Gonçalves Cruz foi nomeado inspetor da feitoria.

A mudança da administração central não afetou o fomento do linho. Embora a atuação pessoal do Vice-Rei fosse menor do que a de Resende, a produção de linho e sementes da feitoria aumentou, por alguns anos, com a atividade do novo inspetor. Abandonou-se, entretanto, a idéia de expandir o seu cultivo a outras capitanias e mesmo no Rio Grande a produção restringiu-se à feitoria.

O padre Antonio Gonçalves Cruz tomou algumas medidas de economia na administração da feitoria, tornou a disciplina mais severa, proibiu o abate indiscriminado de reses, promoveu o cultivo, pelos escravos, de mandioca, milho, feijão e abóbora e estabeleceu uma escola de fiar e outra de coser, para vestir os escravos.

Ao expor as dificuldades com o cultivo na feitoria real, o objetivo do inspetor fora justamente indicar os males que justificavam maior atuação governamental. Era preciso, dizia, aumentar a produção de linho e sementes, mas sem onerar a fazenda real, razão por que preferia estimular o plantio de cereais, a criação e a produção de tecidos. Visava torná-la auto-suficiente. Em seguida, dever-se-ia transferir a feitoria de local. Finalmente, manter um clima de

ordem e trabalho, de modo a garantir sua prosperidade ^[115] .

Em 1810 entraram na provedoria do Rio Grande, da feitoria real, apenas 61\$000 em linho. Daí por diante ela esteve em permanente declínio, até sua extinção ^[116] .

O histórico da feitoria oficial é um microcosmo, não fenômeno isolado nem sequer regional, dos problemas enfrentados pelo fomento agrário português. A situação descrita repete-se com pequenas variações, em outras regiões, e para outras culturas.

CONCLUSÃO

A produção do linho no Rio Grande de São Pedro está inserida, como se expôs, em duas séries de acontecimentos: os esforços para a consolidação da presença portuguesa numa região disputada; e a política de substituição de importações levada a efeito a partir da crise econômica de 1766/1779.

Contribuiu positivamente os dois objetivos do Estado português, apesar dos resultados modestos alcançados. Mas o fracasso parcial mesmo deixa entrever problemas que transcendem a mera tentativa de uma feitoria manufatureira, ou na problemática regional: o desinteresse dos lavradores; a falta de recursos da Fazenda Real; as manobras dos comerciantes metropolitanos; a ausência de conhecimentos técnicos; os problemas com a mão-de-obra escrava; a má administração; os desencontros entre autoridades – todas estas questões, presentes no caso do linho sul-rio-grandense, são por acaso específicas desta produção? Não as encontramos em todas as outras lavouras brasileiras, prósperas ou não, do período colonial, desde o século XVI? <

Portanto, podemos concluir que o cultivo do linho no Rio Grande de São Pedro enfrentou todos os problemas comuns à agricultura brasileira, enquanto inserida no sistema colonial, e mais um: a instabilidade política decorrente do estado de guerra e tensão permanente que caracterizam as fronteiras móveis.

[1] Comunicação apresentada à Comissão de História Econômica, do Simpósio Comemorativo da Restauração do Rio Grande. Publicada nos Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande (1776-1976) I vol., 1979.

[2] Bacharel e Licenciado pela Universidade do Brasil. Doutor em História pela Universidade de São Paulo. Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas e Universidade Gama Filho

[3] J. L. de Azevedo. *Épocas de Portugal Econômico*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1924, vol. II, p. 442.

[4] As dificuldades da marinha mercante foram demonstradas por H. E. S. Fischer, *The Portugal trade (a study of anglo-portuguese commerce)*, Londres, Methuen, 1971, p. 87-91.

[5] D. Vandelli, *Memória sobre a agricultura deste Reino e das suas conquistas*. in *Memórias Econômicas da Academia Real de Ciências de Lisboa*, vol. 1, p. 172. Qualquer História das mentalidades se apoiaria no aspecto destacado por Vandelli, não no estereótipo endossado por Azevedo; ver A. Beseançon, *Vers une Histoire psychanalytique*, in *Annales*, 1969, p. 1011-1033.

[6] A. Castro, *Introdução ao estudo da economia portuguesa (fins do século XVIII a princípios do XX)*, Lisboa, Cosmos, 1947, p. 165.

[7] o assunto, estudado em seu conjunto por J. Serrão, *Temas oitocentistas*, Lisboa, Atica, 1959, foi retomado por V. M. Godinho, *A estrutura na antiga Sociedade portuguesa*, Lisboa, Areadia, 1971, p. 95-107.

[8] V. M. Godinho, *Prix at monnaies au Portugal, 1750-1850*, Paris, SEVPEN, 1955, p. 214.216

[9] Idem, p. 218

[10] Idem, p. 219

[11] A. K. Manchester, *British preeminence in Brazil, its rise and decline*, Chapel Hill, 1933, p. 31. A maior parte da moeda de ouro corrente na Irlanda era de procedência portuguesa.

[12] A primeira medida tomada pelo marquês de Pombal foi proibir a saída de moedas de ouro e prata do país. Reafirmava, aliás, a antiga legislação neste sentido, que nunca foi derogada; cf. Visconde de Camaxide, *O Brasil na administração portuguesa*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1940, p. 70.

[13] A. Balbi, *Varietés politico-statistiques sur la monarchie portugaise*, Paris, Rey e Grévier, 1822, p. 12.

[14] Apesar dos gastos havidos com os preparativos de guerra com a Espanha, que no início de 1777 parecia iminente; cf. Visconde de Santarém, *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal*, Paris, t. 8, p. 300-301. A morte da D. José I, em março de 1777 mudou o quadro das relações com Carlos III, iniciando-se as negociações que culminariam com o tratado de Santo Ildefonso, em outubro daquele ano; cf. C. Beirão, *D. Maria I, subsídios para a História de seu reinado*, Lisboa, 1934, p. 423.

[15] F. A. Correia, *História Econômica de Portugal*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1930, vol. II, p. 162; V. M. Godinho, *Prix...*, p. 260.

[16] V. M. Godinho, *Prix...*, p. 259. As importações de produtos indianos das regiões próximas, pela Inglaterra, passou de £ 1.764.788 em 1785/1791 para £ 3.109.455 em 1792/1798, o que atesta um crescimento geral; d. M. Deveze, *L'Europa et le monde a La fin du XVIIIe. siècle*, Paris, A. Celin, p. 163.

[17] A. Balbi, *Essai statistique sur le royaume de Portugal et d' Algarve comparé aux autres états de l'Europe*, Paris, Rey et Grévier, 1822, vol. I, p. 241; V. M. Godinho, *Prix...*, p. 349.

[18] Helffinger, *Noções gerais sobre o comércio de Portugal*, apud V. M. Godinho, *Prix...*, p. 349.

[19] V. M. Godinho, *Prix...*, p. 349.

[20] Idem, p. 263.

[21] J. J. C. de Azeredo Coutinho, Memória sobre o preço de açúcar, in *Memórias Economicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*, vol. III, p. 381; *Ensaio econômico sobre o comércio de Portugal e suas colônias*, Lisboa, oficina da Academia, 1794; R. Simonsen, *História econômica do Brasil*, São Paulo, 1965, p. 383-385

[22] A. Balbi, *Essai...*, vol. I, p.445

[23] J. L. de Azevedo, *Épocas...*, vol. I, p. 441; A. Wehling, *Fomento agrário no final do século XVIII - a questão das novas culturas no sul do Brasil (1769-1808)*, São Paulo, 1972, p. 61-62.

[24] Ao Balbi, *Essai...*, vol. I, p. 441.

[25] J. Macedo, *Problemas de História da indústria portuguesa no século XVIII*, Lisboa, 1963, p. 31-40: *A situação econômica no tempo de Pombal - alguns aspectos*, Porto, 1951, p. 201.

[26] F. A. Correia, op. cit., vol. II, p. 170.

[27] *Estatutos da Sociedade Econômica de Ponte de Lima*, in M. B. Amzalak, *A Sociedade Econômica de Ponte de Lima (século XVIII) - Apontamentos para a sua História*, Lisboa, s/ d, p. 44.

[28] F. A. Correia, vol. II. p. 170.

[29] Frei José da Expectação, *Tratado instrutivo da mais útil e fabrico, efeitos e comércio dos linhos*, in MEARCL, vol. II, p. 16 e segs.

[30] Manuel Gomes de Lima Bezerra, *Memória pela qual se dá conta a Academia das Ciências de Lisboa das transações da Sociedade Econômica da vila de Ponte de Lima, no ano de 1780*, apud M. B. Amzalak, *A Sociedade...* p. 58.

[31] João de Loureiro, *Memória sobre o algodão...*, in MEARCL, vol. I, p. 39.

- [32] Holifinger, *Noções...*, apud V. M. Godinho, *Prix...*, p. 349.
- [33] L. de Vasconcelos e Sousa, *Relação instrutiva e circunstanciada para ser entregue ao seu sucessor*, in RIHGB, t. 4, p. 110.
- [34] Ofício de Pombal a Lavradio, de 9 de maio de 1775, apud F. A. Varnhagen *História Geral do Brasil*, São Paulo, Melhoramentos, 1975, vol. IV, p. 199.
- [35] F. J. Roscio, *Compendio noticioso do continente de Rio Grande de São Pedro*, in RIHGRGS, vol. 24, p. 71.
- [36] Luis de Vasconcelos e Sousa, *Relação...*, op. cit., p. 155. O Vice-Rei, no seu relatório, fez pesadas críticas a Rafael Pinto Bandeira pelo modo como constituiu diversos latifúndios, distribuindo-os entre seus parentes.
- [37] M. A. Magalhães, *Almanak da villa de Porto Alegre, com reflexões sobre o estado da capitania do Rio Grande do Sul*, in RIHGB, t. 30. parte I, p. 53; Fernando José de Portugal e Castro, *Regimento que trouxe Roque da Costa Barreto...*, in DH, vol. VI, p. 368.371; A. J. Gonçalves Chaves, *Memórias economopolíticas*, in RIHGRGS, vol. 2, p. 253-254.
- [38] F. J. de Portugal e Castro, *Regimento...*, p. 416.
- [39] *Encyclopédie méthodique eu par ordres de matières*, par une société de gens des lettres, de savants et d'artistes, Paris, Pankoucke, 1794, vol. 111, p. 180.
- [40] Idem, p. 181.
- [41] Idem, p. 182.
- [42] H. van Houtte, *Histoire économique de la Belgique au XVIIIe. siècle*, Grand, 1920, p. 185.
- [43] G. Willemsen, *L'industrie liniere en France eu XVIIIe. siècle*, apud E. Préclin e V. Tapié, *Le XVIIIe. siècle*, Paris, PUF, 1952, vol. I, p. 220.
- [44] J. H. Plumb, *England in the eighteenth century*, Londres, 1964, p. 21. Tais concessões não se ampliaram, porém. O máximo conseguido pela Irlanda foi exportar grandes quantidades para a indústria inglesa e as colônias norte-americanas. A Independência dos Estados Unidos fê-la perder este mercado, com graves conseqüências para sua economia; cf. J. H. Plumb, op. cit., p. 183.
- [45] *Encyclopédie*, vol. III, p. 181: A. Raynal, *Histoire philosophique et politique des établissements et du commerce des Européens dans les deux Index*, Paris, 1794, vol. II, p. 80.
- [46] E. Préclin e V. Tapié, op. cit., vol. II, p. 499.
- [47] D. Vandelli, *Memória sobre algumas produções. naturais das conquistas as quais ou são pouco conhecidas, ou não se aproveitam*, in MEARCL, Lisboa, 1789, vol. I, p. 198. Tentou e também produzi-lo em Ponte de Lima, com a importação de sementes de Riga e da Irlanda; cf. M. G. de Lima Bezerra, *Memória...*, op. cit., p. 58.
- [48] A. Toynbee, *The industrial revolution*, Boston, Beacon Press, 1966, p. 23.
- [49] V. M. Godinho, *Prix...*, p. 190.
- [50] A. Wehling, op. cit., p. 170-171.
- [51] Monsenhor Pizarro, *Memórias históricas do Rio de Janeiro e das provindas anexas à jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil*, Rio de Janeiro, INL, 1945-1948, vol. V., p. 329; Antonio Gonçalves da Cruz, *Informações sobre a plantação do linho cânhamo na Provincia de São Pedro, Rio Grande*, SMBN, Códice I, 32, 13 n. 8; Luis de Vasconcelos e Sousa, *Relação...*, p. 134-135.
- [52] Luis de Vasconcelos e Sousa, *Relação...*, p. 150.
- [53] Oswaldo Cabral, *Santa Catarina*, São Paulo, CEN, 1937, p. 99.
- [54] Monsenhor Pizarro, op. cit., vol. V, p. 329.
- [55] Ibidem. Segundo o depoimento de José Henriques Ferreira, na *Memória sobre a guaxima* (MEARCL, vol. 1), "uma pessoa" conseguiu sementes na Espanha, iniciando seu cultivo no Rio Grande. Não é de crer

que José Henriques Ferreira, médico do Marquês de Lavradio e Presidente da Sociedade Científica do Rio de Janeiro, desconhecesse Antonio Gonçalves Pereira de Faria, a quem o Vice-Rei tanto apoiou, nem que ignorasse a verdadeira origem das sementes. Talvez não desejasse mencionar o contrabando com a capitania espanhola, discrição que outros autores, na mesma edição das "Memórias" da Academia, não tiveram.

[56] José Henriques Ferreira, *Memória sobre a guaxima*, in MEARCL, vol. I, p. 4.

[57] Monsenhor Pizarro, op. cit., vol. V, p. 329.

[58] Antonio Gonçalves Cruz, op. cit., ms.

[59] Monsenhor Pizarro, op. cit., vol. V, p. 329-330.

[60] José Henriques Ferreira, op. cit., p. 4.

[61] D. Alden, *Royal Government in colonial Brazil (with special reference the administration of the marquis of Lavradio, vice-rey)* Berkeley e Los Angeles, 1968, p. 367.

[62] Ibidem.

[63] J. H. Ferreira, op. cit., p. 5.

[64] V. M. Godinho, *Prix...*, p. 187.

[65] F. A. Correia, op. cit., vol. II, p. 165.

[66] D. Alden, op. cit., p. 368.

[67] A. Wehling, op. cit., p. 262.

[68] A. G. Cruz, op. cit., ms. Esforços semelhantes foram realizados no recém criado Vice-Reino do Prata, para a produção de linho; cf. R. Levene, *Investigaciones acerca de la Historia economica del Virreinato Del Plata*, Buenos Aires, Ateneo, 1952, vol. II, p. 106.

[69] Ofício de Martinho de Melo e Castro ao Marquês de Lavradio, em 14 de julho de 1778; SMBN, 1-2, 4,7, n. 97.

[70] J. H. Ferreira, op. cit., p. 5.

[71] Monsenhor Pizarro, op. cit., vol. V, p. 329.

[72] A. G. Cruz, op. cit., ms.

[73] J. H. Ferreira, op. cit., p. 5.

[74] Ibidem.

[75] Ibidem.

[76] Ibidem; A. Wehling, op. cit., p. 263.

[77] A. G. Cruz, op. cit., ms.

[78] Monsenhor Pizarro, op. cit., vol. V, p. 329.

[79] Marquês do Lavradio, *Relatório do Marquês do Lavradio, Vice-Rei do Brasil, apresentado ao Vice-Rei Luis de Vasconcelos e Sousa, seu sucessor*, in J. Armitago, *História do Brasil*, Rio de Janeiro, 1966, p. 356. Para 1779 e padre Antonio Gonçalves Cruz indica uma terceira colheita de sementes no Rio Grande de São Pedro, também em pequenas proporções.

[80] J. H. Ferreira, op. cit., p. 5-6.

[81] Ofício do marquês do Lavradio a Martinho de Melo e Castro, em 14 de janeiro de 1779; AN-Cod. 70, L. 10, fl. 81.

[82] Idem, em janeiro de 1779; AN-Cod. 70, L. 10, fl. 86.

[83] Luis de Vasconcelos e Sousa, *Relação...*, p. 149; Monsenhor Pizarro, op. cit., vol. V, p. 330. O padre Antonio Gonçalves Cruz informa que foi feita pequena colheita de sementes em 1781.

[84] A. G. Cruz, op. cit., ms.

- [85] L. de Vasconcelos e Sousa, *Relação...*, p. 152.
- [86] *Ibidem*
- [87] A. G. Cruz, op. cit., ms.
- [88] *Idem*
- [89] *Idem*. A. Wehling, op. cit., p. 270.
- [90] L. de Vasconcelos e Sousa, *Relação...*, p. 153-154.
- [91] A. G. Cruz, op. cit., ms.
- [92] *Idem*.
- [93] Ofício de Luis de Vasconcelos e Sousa a Martinho de Meio e Castro, em 2 de outubro de 1784; AN-Cod. 69, L. 9, fl. 224.
- [94] *Idem*; AN-Cod. 69, L. 10, fl. 128.
- [95] *Idem*; AN-Cod. 68, L. 11, fl. 157.
- [96] *Idem*; AN-Cod. 68, L. 11, fl. 68 v .
- [97] *Idem*; AN-Cod. 69, L. 14, fl. 34 v .
- [98] *Idem*; AN-Cod. 68, L. 11, fl. 68 v .
- [99] A. Wehling, op. cit., p. 271.
- [100] A. G. Cruz, op. cit., ms.
- [101] *Idem*.
- [102] *Idem*.
- [103] M. A. Magalhães, op. cit., p. 56.
- [104] A. G. Cruz, op. cit., ms.
- [105] *Idem*.
- [106] *idem*
- [107] Ofício do Conde de Resende a D. Rodrigo de Sousa Continho, em 27 de novembro de 1795; AN-Cod. 68, L. 4, n. 256.
- [108] *Idem*, em 23 de dezembro de 1796; AN-Cod. 68, L. 5, n. 86.
- [109] A recomendação foi feita à feitoria. *Idem*, em 11 de setembro de 1798, AN-Cod. 68, L. 14, fl. 203.
- [110] *Idem*, em 21 de novembro de 1798; AN-Cod. 69, L. 7, n. 101 v .
- [111] *Idem*, em 16 de dezembro de 1799; AN-Cod. 69, L. 8 n. 124 v .
- [112] *Idem*, em 21 de maio e 9 de dezembro de 1799; AN-Cod. 68 L. 8, n. 34 v e Cod. 69, L. 15, fl. 301.
- [113] *Idem*, em 21 de abril de 1800; AN-Cod. 68, L. 16, n. 246.
- [114] *Idem*, em 7 de agosto de 1800; AN-Cod. 68, L. 16, n. 246.
- [115] A. G. Cruz, op. cit., ms.
- [116] *Idem*.